

ETNOLOGIA DOS KAIKGANG E SEUS TERRITÓRIOS NO ESTADO DO PARANÁ

Ariadne Dall'acqua Ayres

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil
Email: ariadneayres5@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9622-4778>

Mercedes Montero Bartolome

Faculdade de Ciencias Políticas e Sociología, Universidad Nacional de Educación à Distância (UNED)
Madrid, Espanha
Email: marilda@poli.uned.es
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4051-384X>

Fernanda da Rocha Brando

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil
Email: ferbrando@ffclrp.usp.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3712-6312>

Submetido em: 31/10/2022 Aceito em 18/11/2022.
DOI: [10.5380/guju.v9i1.87377](https://doi.org/10.5380/guju.v9i1.87377)

Resumo

O povo Kaingang, disperso pelos estados do Sul e por São Paulo, faz parte do tronco linguístico Macro-Jê, junto com outras etnias do território nacional. Além disso, arqueólogos e antropólogos sugerem que esse povo também compartilha características com os grupos pré-históricos das tradições Taquara e Casa de Pedra. Com a complexidade histórica e territorial dos Kaingang, este trabalho tem o objetivo geral de oferecer uma visão ampla sobre aspectos desse povo, debatendo acerca das convergências e divergências com diferentes grupos humanos, bem como dentre as tradições pretéritas e aquelas que continuam presentes em seus territórios. Para desenvolver esta pesquisa, utilizou-se de literaturas pertinentes a cada tópico debatido, permeados pelas percepções das autoras em seu trabalho de campo junto a esse público. O diálogo entre áreas de pesquisa diversas trouxe frescor às discussões, podendo estabelecer conexões e entender o panorama histórico e territorial dos Kaingang de maneira mais complexa, sobretudo aqueles do estado do Paraná. Ademais, foi possível debater acerca do papel fundamental dos territórios para as populações indígenas como

local de reprodução cosmológica, cultural e religiosa desses povos.

Palavras-chave: Povos indígenas; tronco Macro-Jê; Terras Indígenas; Paraná.

Abstract

The Kaingang people, dispersed throughout the southern states and São Paulo, are part of the Macro-Jê linguistic trunk, along with other ethnic groups in the national territory. Furthermore, archeologists and anthropologists suggest that these people also share characteristics with prehistoric groups of the Taquara and Casa de Pedra traditions. With the historical and territorial complexity of the Kaingang, this work has the general objective of offering a broad view of aspects of these people, discussing the convergences and divergences with different human groups, as well as among traditions and those that continue to be present in their day to day. To develop this research, literature relevant to each topic discussed was used, permeated by reports collected in semi-structured interviews conducted with this audience. The dialogue between different research areas brought freshness to the discussions, being able to establish connections and understand the historical panorama of the Kaingang in a more complex way, especially those in the state of Paraná. Furthermore, it was possible to debate the fundamental role of territories for indigenous populations as a place for the cosmological, cultural, and religious reproduction of these people.

Keywords: Indigenous People; Macro-Jê Linguistic Trunk; Indigenous lands; Paraná.

1 Introdução

O presente estudo tem por objetivo traçar os principais aspectos do povo Kaingang, contando com o respaldo da literatura pertinente e das percepções das autoras em contato com esses indígenas¹. Trata-se de um dos grupos étnicos mais relevantes no contexto brasileiro, sobretudo por ter uma população expressiva no Sul do país. Destaca-se que, se tratando de um estudo descritivo, cabe traçar um panorama acerca dos povos indígenas no Brasil, porém, pela extensão do país e a diversidade de culturas estabelecidas pelas

diversas etnias, também é fundamental descrever brevemente o tronco linguístico Macro-Jê, que engloba o Kaingang.

Tratando-se das percepções das autoras que estão

¹ Este artigo apresenta elementos da dissertação intitulada “Os Kaingang do Paraná e a Conservação da Biodiversidade: conhecimentos, práticas e valores tradicionais”, apresentada junto à Universidade de São Paulo (AYRES, 2022). Portanto, as autoras referem-se às pesquisadoras responsáveis, ainda que elementos tenham sido alterados, com o intuito de adequar o texto ao padrão exigido pela revista.

entrelaçadas com a teoria, deve-se ressaltar que a presente pesquisa foi realizada entre 2020 e 2021, durante o período pandêmico. Portanto, não houve ingresso em terra indígena (TI) propriamente dita. No entanto, foram realizadas entrevistas remotas com onze representantes Kaingang de diferentes regiões do Paraná: TI Faxinal, TI Kakané Porã, TI Mangueirinha, TI Rio das Cobras, TI Queimadas, de maneira que os comentários apresentados decorrem das percepções acerca das narrativas trazidas pelos indígenas entrevistados.

De acordo com registros arqueológicos, o território brasileiro é habitado há aproximadamente 11.500 anos. Quando da chegada dos portugueses no país, em 1500, esse já era povoado por toda sua extensão, em uma estimativa de 3,5 milhões de indígenas nessas terras (KENNEDY; PERZ, 2000; MOTA; ASSIS, 2008). Sabe-se que com a chegada do homem branco e as constantes expansões do território até os tempos atuais, houve uma queda vertiginosa da população indígena do Brasil, inclusive com a extinção de diversos grupos étnicos.

Ainda que se registre a partir de 1970 um crescimento desses povos, o censo de 2010 revelou uma estimativa de pouco mais de 800 mil indígenas vivendo no Estado brasileiro, que se dividem em cerca de 300 diferentes etnias, falantes de aproximadamente 274 línguas indígenas (FUNAI, s.d.). Em face dessa diversidade de povos e da grande extensão territorial do país, que envolve múltiplos biomas e ecossistemas, os conhecimentos, práticas e aspectos culturais de cada grupo são também distintos, de maneira que, conforme Posey (1987), entende-se que a riqueza dessas sociedades e de seus saberes é inestimável.

Na perspectiva de que as histórias e cosmologias de cada povo são específicas, o presente estudo teve como objetivos (a) apresentar o tronco Macro-Jê, com ênfase à família Jê, sobretudo meridional; (b) evidenciar os registros históricos e arqueológicos das terras da região Sul do Brasil, relacionando com o povo Kaingang; (c) caracterizar, de maneira ampla, aspectos do grupo étnico Kaingang, ressaltando sua cosmologia, organização política e social, a relação com seus territórios, dentre outros aspectos relevantes desse grupo, sobretudo na perspectiva histórica.

2 A família Jê: migrações e convergências

Diferentes povos e línguas compõem o tronco linguístico Macro-Jê, porém não existe consenso quanto ao número de etnias que formam esse grupo, visto que algumas já foram extintas. No entanto, alguns trabalhos estimam entre 9 e 12 ramos e 17 línguas

(RODRIGUES, 1999; NIKULIN, 2020; TOLEDO, 2020). Seguindo a categorização dos ramos feita por Rodrigues (1999) as famílias são: Jê; Kamakã; Maxakalí; Krenak; Puri; Karirí; Yatê; Karajá; Ofayé; Bororo; Guato; e Rikbátska, totalizando cerca de 60 mil falantes ao todo. Ao presente trabalho cabe aprofundar o entendimento acerca do maior tronco Macro-Jê: a família Jê.

Sabe-se que se distribuíram por todo o território brasileiro, e é bem estabelecida a divisão desse tronco quanto as regiões geográficas: os Jê Setentrionais, no Norte e Nordeste do Brasil; os Jê Centrais, na região Centro-Oeste e Sudeste; os Jê Meridionais, no Sul e parte do Sudeste; dentre outros grupos menores, inclusive perpassando os limites nacionais e atingindo alguns outros países da América do Sul, tais quais a Argentina, o Paraguai e a Bolívia (CAMARGOS, 2013; NIKULIN, 2020). Em trabalho anterior, Rodrigues (1999) ressalta que os grupos Jê, que outrora ocuparam o Nordeste do país, atualmente estão extintos.

A família Jê teria se separado do tronco Macro-Jê há cerca de 3 mil anos, particularmente com a migração dos Jê Meridionais para os estados do Sul, São Paulo e a província de Missiones, na Argentina. É considerado o grupo mais recente e ramificado. No entanto, além dos aspectos linguísticos que esses povos compartilham, existem características culturais comuns entre eles (URBAN, 1992; MAGALHÃES, 2019; TOLEDO, 2020). Descreve-se que, tradicionalmente, essa família seria constituída por quatro línguas: Ingain, Kimdá, Kaingang e Xokleng, sendo que somente as duas últimas ainda estão em uso (TOLEDO, 2020).

Após a migração dos povos Jê Meridionais, esses se estabeleceram em áreas de planalto, tal qual os grupos setentrionais do Norte e Nordeste do país. Os Jê Centrais foram o segundo grupo que se separou dos Jê Setentrionais, há cerca de 2 mil anos. Os estudos linguísticos sugerem taxas de cognatos entre esses ramos muito mais acentuadas do que entre os povos ao Sul, indicando inclusive que as diferenciações dialéticas dentro dos grupos central e setentrional ocorreram nos últimos 500 anos, e que essas populações se caracterizam como comunidades isoladas, por restrito contato linguístico com grupos distintos, ainda que outrora estivessem unidos (URBAN, 1992; NIKULIN, 2020). Nesse sentido, também a análise das línguas Kaingang e Xokleng revela que mesmo entre os Jê Meridionais ocorreu a separação desses povos há muito tempo, e que não houve o intercâmbio entre grupos de vocabulários, pelo menos desde meados de 1600 (WIESEMANN, 1978).

De acordo com Silva e Noelli (2016), a distribuição e ocupação de uma vasta área do Brasil, havendo inclusive migrações para países vizinhos (Argentina e Paraguai), foram reflexos do crescimento demográfico desse grupo, que já guardava relações culturais e

de saberes que os capacitava a se estabelecerem em paisagens distintas. Além disso, as pesquisas vêm reafirmando o grande conhecimento tecnológico desses grupos, sobretudo decorrentes das estruturações de seus assentamentos (MAGALHÃES, 2019).

Dentre os Jê Meridionais, falantes do Proto-Jê, evidenciam-se os dois grupos com línguas vivas, ou seja, os povos Kaingang e Xokleng. Esses predominantemente ocupam a região Sul do Brasil, e possuem traços culturais muito semelhantes a outras etnias desse tronco. Na perspectiva de entender os padrões de assentamento desse grupo, Magalhães (2019) realizou uma pesquisa extensiva acerca das relações existentes entre as paisagens ocupadas e as sociedades que as modificaram. Dessa maneira, em seu estudo, o autor enfatiza que esses povos não eram poucos e desorganizados socialmente, e sim grandes exploradores e detentores de instrumentos que os possibilitaram ocuparem e se adequarem a ambientes diversos.

Enquanto sociedades que compartilhavam aspectos culturais e sociais, existem traços presentes entre os Jê Meridionais, mas também em outros povos do troncolinguístico Macro-Jê. É destacada por Holanda (2014) a resistência física de Kaingangs e Kayapós na região de Cuiabá – MT, sobretudo com o uso de armas, tais quais flechas e clavas, para roubo e assassinato de mineradores, na segunda metade do século XVIII. O trabalho produzido por Toledo (2020) traz a comparação fonética e cultural entre diversos grupos Jê.

Cabe destacar que os Jê Centrais (Xavante e Xerente) e os Kaingang compartilham a organização social em metades exogâmicas patrilineares, ou seja, divididas em grupos de acordo com a herança do pai, indicando que esse costume foi conservado pelos Jê Meridionais, ainda que tenha sido perdido pelos Xokleng (VEIGA, 2006). Entre os Krahô e Apinajé há bem estabelecida a divisão em metades exogâmicas, porém se difere dos outros grupos descritos por serem matrilineares (TOLEDO, 2020).

Aspecto comum a grande parte dos povos Jê e Bororo diz respeito à uxorilocalidade, ou seja, a tradição de se morar junto à família da mulher após o matrimônio. Outra característica associada a esses grupos são as aldeias circulares, ou semicirculares, cuja disposição das casas dessa forma é registrada nos povos Apinayé, Bororo, Kayapó, Krahô, Suyá, Xavante e Xerente (VEIGA, 2006; NIKULIN, 2020).

Em relação às atividades agrícolas, também se observam semelhanças quanto aos períodos de abandono dos roçados, indicando que era um processo comum nas épocas de caça e andanças entre os Krahô, Xokleng, Kaingang e também os Mëbêngôkre, revelando a importância da coleta por esses povos. Mesmo com essa característica, os povos

Jê eram detentores de práticas desenvolvidas de agricultura, sobretudo de acordo com a domesticação de variantes de mandioca entre os Mëbêngôkre, os Apinajé, os Xerente e os Xavante (LEA, 2012; COELHO DE SOUZA, 2002; TOLEDO, 2020).

Além disso, também nas pinturas corporais é possível observar relações entre os povos, sobretudo Apinayé, Suyá, Xavante, Xerente, Kaingang e um ramo sazonal dos Krahô. Esses grupos possuem grafismos redondos e compridos, sendo que em alguns deles, tal qual os Kaingang, essas formas refletem as metades clânicas correspondentes de cada indivíduo (VEIGA, 2006). Ainda ligado às manifestações culturais, registros de perfurações para a colocação de adornos são registradas entre os Xokleng, Krahô, Suyá, Apaniekrá e Mëbêngôkre, nos lábios, o também chamado labrete; e entre os Timbira e

Xerente, nas orelhas. A cerâmica e a tecelagem parecem ser uma atividade restrita aos Jê Meridionais (Kaingang e Xokleng) (TOLEDO, 2020).

Entendendo a família Jê como sendo ampla e diversificada, ocupando diferentes regiões e territórios, analisando aspectos culturais desses grupos percebem-se pontos de contato entre diversos povos. Do ponto de vista desse estudo, como dito outrora, a ênfase e aprofundamento dar-se-á ao povo Kaingang, sobretudo os que habitam o estado do Paraná.

3 Registros arqueológicos do sul do Brasil e a relação com o povo Kaingang

Com o intuito de traçar um panorama geral acerca da ocupação sul do país, sobretudo em virtude da migração dos povos Jê Meridionais, é necessário, para além do entendimento etnográfico desse grupo, também se atentar aos registros arqueológicos dos chamados Proto-Jê Meridional (os primeiros Kaingangs e Xoklengs). Esses dados levam à percepção de que estes se ligam aos grupos caçadores-coletores da região Sul, e também com as fases ceramistas planálticas, tal qual a tradição Taquara, Itararé e Casa de Pedra, ocupado hoje precisamente por territórios dessas etnias (SILVA, 2001; TOLEDO, 2020).

Quanto à localização geográfica das três tradições mencionadas, o trabalho de Silva (2001) delimita que Taquara estaria no território do Rio Grande do Sul (RS) e sudoeste de Santa Catarina (SC), sobretudo nas matas de araucárias e nos campos dos planaltos, mas também em áreas costeiras, principalmente no sul do Rio Grande do Sul. Em relação à tradição Itararé, o autor descreve que eram registrados no que hoje seriam os planaltos e regiões litorâneas dos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, semelhante à localização que Casa de

Pedra ocuparia, hoje nos planaltos de Santa Catarina e Paraná (SILVA, 2001). Para Dias (2004), as tradições e territórios se sobrepõem, pois possuem diversos pontos de contato.

Taquara, Itararé e Casa de Pedra ligam-se às manufaturas cerâmicas das regiões planálticas do Sul, de modo que se registra a fabricação de recipientes claramente utilitários, pequenos, cujas bordas finas e eram compostas de restos minerais temperados. Ademais, sabe-se que apesar das divergências entre as técnicas aplicadas à produção dessas cerâmicas e de aspectos ligados à decoração propriamente dita, as convergências também estão presentes quanto ao formatocônico e ao acabamento dado aos recipientes (SCHMITZ et al, 1988; SILVA, 2001).

Outro aspecto que chama a atenção ao analisar os registros arqueológicos das regiões ocupadas e a formação atual das paisagens é a presença extensiva de pinheiros da espécie *Araucaria angustifolia*, característica das áreas de Floresta Ombrófila Mista, mas também presente nos campos adjacentes, em Floresta Ombrófila Densa e Floresta Estacional Semidecídua e Decídua. Além disso, chamam atenção as altas altitudes e fatores climáticos que indicam invernos rigorosos e verões amenos (DIAS, 2004).

Há pelo menos sete sítios arqueológicos Taquara/Itararé com estruturas comuns em todas as áreas de Planalto Sul Brasileiro: as chamadas convencionalmente de casas subterrâneas (DIAS, 2004). Essas construções características são bem sugestivas às primeiras investigações de ligação dos Kaingang com os grupos ceramistas que ocupavam a região e Becker (1988, p. 136) chega a sugerir que esses “sejam os verdadeiros descendentes dos construtores das casas subterrâneas”, enquanto diversos autores mais atuais já afirmam essa ligação, acrescentando também as estruturas de tumulos com fossos atrelados e terraplanagem geométrica (SCHMITZ, 1988; URBAN, 1992; SILVA, 2001).

Acerca dessas habitações específicas, arqueólogos como Igor Chmyz (1981) e Padre Rohr (1984), que se dedicaram aos estudos dos sítios do Paraná e Santa Catarina, destacam que é certeira a relação entre as moradias dos grupos ceramistas e dos Kaingang passados. Essas construções, comumente posicionadas em áreas de planalto e encostas decolinas, de grande altitude, encontravam-se próximas de capões de mata e cursos d’água, servindo para a proteção desses grupos frente às temperaturas baixas e os ventos fortes (ROHR, 1984; URBAN, 1992; DIAS, 2004).

Em um estudo dedicado somente às habitações desse povo, D’Angelis e Veiga (2003) apresentam detalhes acerca da estrutura e construção dessas casas, que eram escavadas na própria terra ou em solos rochosos de formação basáltica ou arenosa. De acordo com

os autores, os registros arqueológicos encontrados das casas mais conservadas revelam estruturas de madeira levantadas acima da cova, comumente cobertas de folhas (D'ANGELIS; VEIGA, 2003). Nos dias atuais, as habitações sofreram grandes transformações. As casas de alvenaria ou madeira são predominantes nas aldeias, com presença frequente de uma área externa denominada "rancho", considerado um espaço mais tradicional, onde fazem suas fogueiras e reúnem-se para conversar (TOMMASINO, 1995).

O atual estado do Paraná é, via de regra, possuidor de registros arqueológicos de duas fases distintas, uma datada de aproximadamente 8.000 e 7.000 anos atrás e outra estimada entre 7.000 e 4.500 anos, sendo a primeira denominada Fase Vinitu e a segunda, Fase Biturana. Esses achados referem-se a regiões próximas às barrancas do rio Paraná e ao curso médio do rio Iguaçu (CHMYZ, 1981; CARDOSO; WESTPHALEN, 1986). Geograficamente, podemos visualizar que a Fase Vinitu se localiza na fronteira oeste do estado, enquanto a Biturana permeia a fronteira sul com o estado de Santa Catarina.

O arqueólogo paranaense Igor Chmyz (1981) é uma referência importante tratando-se dos registros pretéritos da região do atual estado do Paraná. Os dados referentes à sua pesquisa indicam que a tradição Casa de Pedra corresponde ao povo Kaingang. No entanto, estudos mais recentes como o de Dias (2004) indicam que esse grupo teria ligação com a tradição Taquara. Dessa maneira, não se exclui a hipótese de que sejam povos com diversos pontos de contato com essas duas tradições. No entanto, essas observações levam a refletir sobre o longo caminho que existe para que os conhecimentos produzidos por diversas áreas, sobretudo da arqueologia e da etnografia, sejam satisfatoriamente imbricados.

4 Aspectos gerais do povo Kaingang

De maneira geral, falar sobre os Kaingang é fundamental no contexto dos povos indígenas brasileiros, visto que constituem um dos mais populosos grupos étnicos do país. A distribuição espacial desses povos dá-se principalmente pelos estados da região Sul, mas também se registra a presença no estado de São Paulo, de maneira que contam com 32 terras indígenas (TI) (FUNAI, s.d.). Antigamente, sua ocupação prosseguia até a colônia de Misiones (Argentina), pelo menos até o início do século XX (AMBROSETTI, 2006).

Fazem-se necessárias aqui algumas observações sobre os territórios que os povos Kaingang ocupam. Do número total de áreas, somente 4 não são definidas como "Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas", sendo duas "Terras Dominiais", ou seja, aquelas de

propriedade das comunidades conseguidas por diferentes meios de aquisição da área, nos termos legais, e duas “Reservas Indígenas”, que se originam de doações ou desapropriações pela União, mas que são ocupadas pelos povos indígenas (BRASIL, 1988; FUNAI, s.d.). Essas informações são fundamentais, uma vez que o artigo 231 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, garante que os territórios classificados como Tradicionalmente Ocupados são de direito originário dos povos indígenas, de modo que devem ser demarcados segundo o Decreto nº 1.775/1996 (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996).

A relação dessas comunidades com seus territórios é parte fundamental de sua sociedade e se estabelece desde seus processos de povoamento das terras. Nesse sentido, segundo a tradição Kaingang, até mesmo a sua origem guarda relação com o ambiente em que estão inseridos, uma vez que sua sociedade teve início com a saída de seus antepassados da terra (BORBA, 1908; NIMUENDAJÚ, 1993). Considerando essa informação, é possível perceber que se estabelecem processos intrínsecos de interação com o ambiente que ocupam. Inicialmente, é necessário definir, para além das normativas, um território indígena:

É preciso sublinhar a diferença entre um conceito de terra como meio de produção, lugar de trabalho agrícola ou solo aonde se distribuem recursos animais e de coleta, e o conceito de território tribal, de dimensões sócio-político-cosmológicas mais amplas. Vários grupos indígenas dependem, na construção de sua identidade tribal distintiva, de uma relação mitológica com um território, sítio da criação do mundo, memória tribal, mapa do cosmos - como é o caso dos grupos do Alto Xingu e do Alto rio Negro. Via de regra, são grupos que praticam formas de subsistência mais sedentárias os que apresentam tal enraizamento simbólico com seu território. Outros, como os Gêe os Yanomami, por estarem mesmo em processo de expansão - muitas vezes de natureza guerreira - e por se apoiarem em adaptações mais móveis ao meioambiente, não parecem definir sua identidade em relação a uma geografia determinada. Sua organização social, por assim dizer, se representa em termos conceituais, antes que geográficos. Estas diferenças são básicas, pois o deslocamento dos grupos do primeiro tipo de territórios tradicionais tem implicações mais que puramente econômicas. E ainda, a demarcação de áreas e reservas indígenas, além de levar em consideração o uso efetivo dos recursos naturais pelo grupo, deve perceber estes outros fatores (SEEGER; CASTRO, 1979, p.103-104).

O território Kaingang é representativo de sua cultura e cosmologia. Não se trata de uma área somente, mas espaço de significações e reprodução de seu modo de vida. O trabalho de Silva, Laroque e Neto (2016) debate sobre os processos de territorialidade em uma aldeia específica, mas diversos pontos são passíveis de serem extrapolados para

enfatizar a relação do povo, de maneira geral, com seus territórios, uma vez que trazem luz a aspectos de apropriação simbólico-cultural que guardam ligação direta com o ambiente que ocupam, além de suas práticas culturais e crenças religiosas estarem relacionadas com os elementos da natureza presentes no seu território específico.

Por diversas vezes, os relatos recolhidos pela presente pesquisa também enfatizaram os símbolos que marcam as características do grupo particularmente relacionadas com suas áreas e, um elemento importante para os Kaingang e que será discutido de maneira aprofundada são as araucárias (*Araucaria angustifolia*). Essa árvore guarda relação íntima com eles, uma vez que está presente em todos os 32 territórios desse povo, embutida de significações e histórias que remetem a seus antepassados, suas trajetórias migratórias e ocupações das áreas atuais, além de servir como base alimentar das comunidades.

Outra simbologia importante, tratando-se da importância dos territórios do grupo é a tradição antiga do enterramento dos umbigos de seus recém-nascidos na terra da qual faz parte. Em seu estudo na TI Jamã Tÿ Tãnh, no Rio Grande do Sul, Laroque e Silva (2013) registraram essa prática presente mesmo nos dias atuais, como forma de demarcar o território e garantir a saúde às crianças. Essa prática, segundo os autores, decorre da ideia de que a terra é vista como uma mãe para os Kaingang. Ademais, esses exemplos enfatizam as múltiplas dimensões que o território tem para esse povo, visto que não é somente um espaço físico, mas área de perpetuação de sua história, tanto dos que já morreram, quanto dos vivos.

Entendendo que os Kaingang partilham de uma relação íntima com seu território, do qual inclusive acreditam que tudo começou, é pertinente apresentar como surgiu esse povo. O primeiro relato reproduzido acerca do “mito de origem” desse povo foi colhido por Telêmaco Borba (1908), que esteve em contato direto com esse povo quando foi nomeado dirigente de um aldeamento. Sua narrativa difere-se daquela registrada por outros autores, como será mostrado, e por essa razão será aqui reproduzido.

Em tempos idos, houve uma grande inundação que foi submerso todo a terra habitada por nossos antepassados. Só o cume da serra Krinjijimbé emergia das águas. Os Kaingangues, Kayurukrés e Kamés nadavam em direção a ela levando na boca achas de lenha acesas. Os Kayurukrés e Kamés, cansados, afogaram-se; suas almas foram morar no centro da serra. Os Kaingangues e uns poucos Kurutons, alcançaram a custo o cume do Krinjijimbé, onde ficaram [...]. Já esperavam morrer, quando ouviram o canto das saracuras que vinham carregando terra em cestos, lançando-a à água, que se retirava lentamente. [...] Em pouco tempo chegaram com a terra ao cume, formando como que um açude, por onde saíram os Kaingangues

que estavam em terra. Os que estavam seguros aos galhos das árvores transformaram-se em macacos e os Kurutons em bugios. As saracuras vieram, com seu trabalho, do lado de onde o sol nasce; por isso nossas águas correm todas ao poente e vão todas ao grande Paraná. Depois que as águas secaram, os Kaingangues se estabeleceram nas imediações de Krinijimbé. Os Kayurucrés e Kamés, cujas almas tinham ido morar no centro da serra, principiaram a abrir caminho pelo interior dela. Depois de muito trabalho chegaram a sair por duas veredas: pela aberta por Kayurucré brotou um lindo arroio, e era toda plana e sem pedras; daí vem terem eles conservado os pés pequenos. O mesmo não aconteceu a Kamé, que abriu sua vereda por terreno pedregoso, machucando – ele e os seus – os pés, que incharam na marcha, conservando por isso grandes pés até hoje.[...]. Chegaram a um campo grande, reuniram-se aos Kaingangues e deliberaram casar os moços e as moças. Casaram primeiro os Kayurucrés com as filhas dos Kamés, estes com as daqueles, e como ainda sobravam homens, casaram-nos com as filhas dos Kaingang. (BORBA, 1908, p. 20-21)

A narrativa registrada por Telêmaco Borba no início do século passado traz perspectivas importantes para entender alguns aspectos da cosmologia do povo Kaingang. Também se apresenta outro relato, colhido por Nimuendajú (1993) quando conviveu junto a esses grupos, que converge à descrição de Schaden (1959), no qual não há menção ao dilúvio, possivelmente relacionado à tradição cristã. Relata-se que os primeiros Kaingangs saíram de uma montanha, por primeiro Kanhru (Kafierú/Kayurucrés), seguido de seu irmão Kamé e outros indivíduos, sendo que uma parcela continuou abaixo da terra, onde permanecem.

A descrição traçada por Telêmaco Borba (1908) quanto às características físicas dos irmãos ancestrais é semelhante à de Nimuendajú (1993), mas o segundo autor acrescenta em sua narrativa também alguns aspectos relativos às habilidades desses heróis, a saber:

Dizem que Kafierú [o primeiro a sair] e a sua gente toda eram de corpo fino, peludo, pés pequenos, leigos tanto nos seus movimentos como nas suas resoluções, cheios de iniciativa, mas de pouca persistência. Kamé e os seus companheiros, ao contrário, eram de corpo grosso, pés grandes, e vagarosos nos seus movimentos e resoluções. Como foram estes dois irmãos que fizeram todas as plantas e animais, e que povoaram a terra com os seus descendentes, não há nada neste mundo fora da terra, dos céus, da água e do fogo, que não pertença ou ao clã de Kaflerú ou ao de Kamé. Todos ainda manifestam a sua descendência ou pelo seu temperamento ou pelos traços físicos ou pela pinta. O que pertence ao clã Kaflerú é malhado, o que pertence ao clã Kamé é riscado. O Kaingang reconhece estas pintas tanto no couro dos animais como nas penas dos passarinhos, como também na casca, nas folhas, ou na madeira das plantas. Das duas qualidades da onça pintada, o acanguçu é Kaflerú, o fagnareté é Kamé. A piava é Kafierú, e por isso ela vai também adiante na piracema. O dourado é Kamé. O pinheiro é Kaflerú, o cedro é Kamé etc (NIMUENDAJU, 1993, p. 59).

As histórias de origem apresentadas pelos autores (BORBA, 1908; NIMUENDAJU, 1993) são relevantes para entender diversos aspectos da cosmologia e organização social dualista do povo Kaingang (CRÉPEAU, 1994; VEIGA, 1994). Essa divisão entre as metades clânicas confirma a existência de pares opostos complementares (VEIGA, 2006), como visto nos trechos reproduzidos, regem diversos elementos da cultura e natureza do grupo, de modo que os animais, as plantas e até mesmo as direções, seguem essa tendência: a concepção dual de todas as coisas. Também servem como referência para os grafismos do grupo, de maneira que ao clã Kanhru, representativo do Leste, relacionam-se as marcas redondas; enquanto a metade Kamé, do Oeste, tem ligação com as marcas compridas, finas.

Aspectos da organização política também seguem essas diretrizes, uma vez que, como mencionado anteriormente, assim como outros grupos Jê Centrais, os Kaingang organizam-se de acordo com metades exogâmicas patrilineares, ou seja, por grupos não parentados. Conforme relatado, todos os indivíduos desse grupo são descendentes de um dos irmãos ancestrais, de modo que todos são considerados parentes. Quanto à patrilinearidade, essa se dá devido aos padrões de descendência que são atribuídos diretamente ao clã paterno, ou seja, se um indivíduo é filho de pai Kamé, esse será considerado Kamé, ainda que sua mãe seja Kanhru, e vice-versa.

A organização da sociedade em metades clânicas relaciona-se com atividades diversas dentro da comunidade, indicando complementaridade entre indivíduos de metades opostas, assim como os irmãos. Um exemplo comum dessa dinâmica é visto na parte política do grupo, uma vez que as lideranças de cada território, na figura do cacique e do vice-cacique, devem, preferencialmente, ser de clãs opostos, complementares, ou seja, se um é Kanhru, o outro, Kamé. Essa dualidade, segundo a tradição, garante que a comunidade tenha plena capacidade de enfrentar diferentes questões.

O estabelecimento das relações matrimoniais também segue, tradicionalmente, essa dualidade, como destaca o trecho: "Casaram primeiro os Kayurucrés com as filhas dos Kamés, estes com as daqueles, e como ainda sobravam homens, casaram-nos com as filhas dos Kaingang" (BORBA, 1908, p. 20-21). Como foi relatado também à pesquisadora, uma vez que se acredita que todos os Kaingang descendem dos irmãos ancestrais, ao estabelecer laços de casamento com um indivíduo da mesma metade, o relacionamento seria entre primos, de maneira que não é bem visto dentro da comunidade.

Ademais, narram a existência de incompatibilidades que levam à desarmonia do casal, uma vez que não se complementam, além do rompimento com possíveis alianças

familiares das metades opostas. Veiga (2000) ainda complementa que “a fertilidade vem da união dos princípios contrários” (p. 79).

Em uma sociedade dualista centrada em Kamé e Kanhrú, Veiga (2006) descreve essa relação como sendo uma “aliança perene”, visto que há diferentes trocas estabelecidas entre essas metades, sejam em matrimônios ou rituais funerários. Em sua obra, a autora exemplifica com outro mito aspectos dessa aliança, concluindo que esse laço é baseado em princípios de solidariedade e cooperação.

Outro aspecto que merece destaque nessa seção diz respeito às relações com a morte e os ceremoniais fúnebres. Essa temática ainda parece pouco explorada atualmente em termos de pesquisa, muito porque esses rituais vêm se modificando e as interpolações com aspectos ocidentais/cristãos são cada vez mais frequentes. Desse modo, o que se descreve trata-se de um retrospecto de processos antigos, ainda que muitos Kaingang continuem compartilhando a representação do *numbê*, que seria a morada de seus mortos, de seus espíritos.

Em seu trabalho etnográfico, Juracilda Veiga (1994; 2000; 2006) pode vivenciar inúmeras experiências junto a esse povo na cidade de Chapecó-SC. A pesquisadora, tratando-se dessa temática, descreve que durante uma celebração abre-se um buraco no cemitério, que simbolizaria uma “porta” do *numbê* para a aldeia, em vias de que os espíritos de seus antepassados possam participar, sendo que ao final da celebração esse buraco é fechado. A autora relaciona essa tradição com o mito de origem recolhido por Nimuendajú (1993), uma vez que a narrativa contém um trecho que diz “até hoje podem ser vistos os buracos pelos quais subiram. Uma parte deles permaneceu subterrânea, essa parte se conserva até hoje lá e a ela vão se reunir as almas dos que morrem” (p. 60).

De acordo com a bibliografia e também pelos relatos recolhidos, a influência cristã tem se intensificado nos últimos anos nas comunidades, e tratando-se especificamente de cerimônias fúnebres, há costumes cristãos que alguns grupos seguem. Porém, esses não são relevantes à presente pesquisa, uma vez que se deseja valorizar a tradição indígena desse povo.

O *numbê* é marcado como a aldeia dos espíritos, no entanto, na tradição Kaingang existem alguns rituais a serem realizados no velório, enterramento e passado um período depois da morte, na festa do *kikikoi*. A dualidade da organização social desse povo é ressaltada nessas cerimônias, uma vez que, sendo toda comunidade dividida entre os pares contrastantes ancestrais, existem protocolos fúnebres que devem ser feitos por indivíduos

de uma ou outra metade. É o que ocorre no velório, por exemplo, em que os preparativos do corpo devem ser feitos por alguém pertencente à metade oposta do falecido (MANIZER, 2006; VEIGA, 2006).

Além disso, cantos e orações tradicionais também são entoados pelos presentes, enquanto caminham ao redor do morto, especialmente o chamado “rezador do *kiki*”. Antigamente, de acordo com Manizer (2006), era importante que só se parasse de caminhar em volta quando fosse para encerrar o velório. Enquanto permanecem em guarda, também se afirma que é necessário assegurar ao morto que será realizada um *kikipor* ele, indicando que celebrarão sua chegada ao *numbê* e que seus espíritos poderão retornar à aldeia em que vivem seus familiares (VEIGA, 1994).

A última etapa das cerimônias relacionadas à morte de um Kaingang é a festa do *Kiki* (*Kikikoi*): a comemoração dos mortos. Assim como essa celebração propicia que o espírito daqueles que já faleceram retornem às aldeias que viviam, também garante que o nome da pessoa volte à comunidade, uma vez que, para eles, cada nome deve pertencer a somente uma pessoa viva da aldeia por vez (VEIGA, 2006). *Kiki* é o nome da bebida feita da fermentação do mel e água, registrando também a fermentação do milho, ou com o uso de açúcar, tradicionalmente apurada e servida dentro do tronco oco de um pinheiro (MANIZER, 2006; VEIGA, 2006). De todos os ritos tradicionais relacionados à morte, a festa do *kiki* parece ser a que mais se mantém entre algumas comunidades Kaingang atuais, uma vez que foi bastante mencionada nas entrevistas realizadas pelas autoras-pesquisadoras do presente trabalho em 2020/2021, sobretudo no contexto do uso de plantas.

Essa celebração tem caráter periódico, variando entre as aldeias, porém, nos trabalhos consultados e pelas entrevistas recolhidas, costuma acontecer uma vez por ano, e sua preparação demanda a mobilização de toda a comunidade durante cerca de 7 dias. A celebração costuma ocorrer no primeiro semestre do ano, contando inclusive com a colheita de milho e pinhão das diversas comunidades. Relata-se que antigamente também havia preparações quanto a caça, porém, atualmente não há tantos registros dessa atividade nas aldeias, de acordo com o que foi dito pelos entrevistados, sendo inclusive uma das bases alimentares antigas que os anciões sentem mais falta.

Como visto, o dualismo Kaingang perpassa todos os aspectos de sua cosmologia e cultura. A presença das divisões de acordo com os pares contrastantes, Kamé e Kanhrú, é evidenciada nos ritos. Porém, conforme os mitos de origem apresentados, ela inicia-se com a categorização na criação dos animais, inclusive os humanos, e plantas. Todos esses seres

são dotados de espíritos, que se relacionam entre si e promovem o bem-estar e o equilíbrio de toda comunidade, de maneira que, apesar da natureza e sociedade serem formadas por elementos opostos, a partir das interações promovidas e das inter-relações intrínsecas à sua origem comum, elas não se dissociam, e sim garantem processos recíprocos (GIANNINI, 1994; SILVA, 2002).

5 Os Kaingang no Paraná

Essa seção apresenta uma visão geral acerca dos Kaingang atuais viventes na área geográfica pertencente ao estado do Paraná. Os dados aqui apresentados referem-se à compilação de informações relevantes para se traçar um panorama acerca dos territórios e populações indígenas, sobretudo da etnia de interesse.

Weigert (2020) apresenta a chegada à baía de Paranaguá pelos europeus no início do século XVI, registrando expedições exploratórias portuguesas e espanholas no território. As principais justificativas para esses avanços, segundo a autora, devem-se à busca por metais preciosos e expansão de mais espaços. Também se afirma que, com a ausência de sinais que indicassem a presença desses metais, o interesse cresceu em relação à ocupação das terras, sobretudo decorrente da criação da capitania de São Vicente, que estimulou que se buscassem alianças com os indígenas e também prisioneiros e escravos indígenas nas regiões paranaenses.

Em meados do século XVII os registros dos padres jesuítas, que estavam na região para fundar Reduções, estabelecem o contato com indígenas da Redução de São Francisco Xavier, que se pressupõe que seja a atual TI de Apucaraninha, povoada pelos atuais Kaingang (MOTA, 2007). De acordo com os relatos desses missionários e as hipóteses etno-históricas, os povos denominados *Coronados* (ou *Coroados*) seriam os Kaingang antigos, visto que no século XIX já se registram como “índios Coroados” os que hoje ocupam áreas condizentes com as regiões desse povo (MOTA, 2016).

De acordo com Tommasino (1995), as regiões de campos foram as primeiras a serem exploradas pelas expedições no estado, por serem de fácil utilização para as atividades agropecuárias. Os registros relativos às regiões das províncias do Paraná no século XIX evidenciam ao menos cinco áreas já denominadas pelos portugueses de acordo com sua fitogeografia, sendo elas: Campos Gerais, Campos de Guarapuava, Campos de Palmas, Campos de Xanxerê e Campo Erê (ELLIOT, 1864 *apud* MOTA, 2016). Essas áreas também

estão próximas a rios importantes do estado, sendo, portanto fundamentais para os povos indígenas, sobretudo à época, de modo que as expedições europeias buscavam o deslocamento e retirada dos nativos desses espaços.

Assim, por um lado, tem-se a preocupação com o extermínio que explica os massacres, e por outro, surge a solução “negociada” com a finalidade de “amansar” os índios, torná-los dóceis e cristianizá-los. Como não se reconhecia, portanto, desde o início, o direito territorial dos povos indígenas, referência, para os colonizadores, antes e depois da “descoberta”, é o Tratado das Tordesilhas e posteriormente, os de Madrid e Santo Ildefonso. Embora pareça elementar, é importante ter em mente estes dados para que se possa compreender porque, ao longo de toda a história oficial, não há lugar para os índios enquanto humanidade específica. O extermínio foi a forma mais radical desta exclusão dos índios, mas houve também a escravidão e o aldeamento em áreas definidas pelo Estado onde pudessem ser “integrados” pela via da catequese e civilização (TOMMASINO, 1995, p. 84).

A relação existente entre os processos de ocupação e tomada de terras pelos grupos não-indígenas é concernente às violências sofridas pelos povos indígenas, de maneira que quanto mais os territórios foram cobiçados por aqueles grupos, com mais ímpeto esses povos foram sendo massacrados. Concomitantemente, as áreas vegetais, outrora cobertas por uma densa vegetação característica do bioma Mata Atlântica por grande parte do estado, os campos e florestas foram devastados em sua maioria. As várias fases de contato e colonização europeia do Paraná alteraram a cobertura vegetal e os territórios dos povos que já estavam lá há milhares de anos.

Ademais, mesmo com todos esses registros explícitos da presença indígena no estado, Mota (1992) reúne historiadores do século XX que constroem narrativas de que o Paraná era um vazio demográfico, portanto passível de ser colonizado e que só foi habitado com os europeus. Acerca dessas impressões, Kimmye Tommasino (1995) pondera:

Nota-se claramente duas coisas: a historiografia oficial “esvaziou” as terras habitadas pelos indígenas entre 1641 a 1700 e produziu um marco zero para “explicar” a colonização. Por outro lado, percebe-se que essa mesma historiografia reconhece a presença espanhola no Paraná e só por isso as missões jesuíticas aparecem no mapa. **A presença indígena está negada porque a história oficial é a da sociedade ocidental.** Reconhecer a presenças das sociedades indígenas representaria o reconhecimento dessas nações. Portanto, os mapas expressam essa operação de “apagamento” dos índios ao mesmo tempo que expressam a evidência da presença da população ocidental (TOMMASINO, 1995, p. 147, grifo nosso).

Perante esse breve contexto acerca de alguns aspectos dos primeiros contatos que se tem registro no estado, sabe-se que ele só se intensificou com o passar dos anos, com as expedições bandeirantes, as rotas dos tropeiros, as políticas expansionistas de ‘segurança nacional’ decorridas do período militar, entre outros eventos. É dentro dessa perspectiva que devem ser entendidas as sociedades atuais indígenas do Paraná, incluindo os Kaingang e toda sua história de resistência, vistos com olhar de obstáculos ao ‘avanço’ da sociedade nacional outrora, mas que representam parte fundamental da história brasileira.

Ao acessar a história do povo Kaingang, delimitam-se diferentes aspectos que compõem a História Ambiental do Paraná, principalmente pelo modo de vida dos povos indígenas ser imbricado com o ambiente em que se inserem. À medida que se descreve uma comunidade com relação estridente ao território, a descrição também possibilita que o leitor recrie áreas que hoje se encontram modificadas, e isso caracteriza as mudanças que ocorreram ali. A fitogeografia dos campos, a densa vegetação de Mata Atlântica, e as alterações decorrentes das várias fases de contato e colonização europeia do Paraná alteraram a cobertura vegetal e os territórios desses povos indígenas, ainda que, grosso modo, os registros históricos da época tenham esvaziado essas áreas da presença indígena.

Apesar de, muitas vezes, a imagem sobre povos indígenas ser a das comunidades do norte do país, viventes próximos à Floresta Amazônica, os estados do Sul também são bem ocupados por esses grupos. O Paraná, particularmente, conta com mais de 26 mil indígenas, que habitam tanto as 28 terras indígenas, quanto as cidades (IBGE, 2010; FUNAI, s.d.). Além disso, registram-se três povos no estado, os Guarani, os Kaingang e os Xetá, notando também a presença de alguns indivíduos Xokleng. Dentre esses grupos, interessa apresentar as particularidades dos Kaingang no estado. Esses se distribuem em 13 terras indígenas, sendo 3 TI compartilhadas com habitantes Guarani, e 10 destinadas somente aos Kaingang (FUNAI, s.d.).

O estudo de Mota (1998) elucida a resistência desse povo a determinadas políticas propostas pelo governo, sobretudo as que visavam à integração nacional a qualquer custo, ressaltando, inclusive, no que concerne à educação escolar, que os Kaingang se recusaram a permitir que seus filhos fossem até as escolas, para garantir que não houvesse o abandono da língua ou das tradições. Sabe-se que hoje em dia existem políticas públicas que regem a educação escolar indígena de maneira diversa, mas a resistência à substituição da língua pelo português no passado foi fundamental para que hoje seja uma das etnias com mais falantes do país.

Ainda assim, em trabalho posterior, foi evidenciado que apesar de manterem vivo o Kaingang na tradição oral, são poucos os indivíduos que leem e escrevem nessa língua. Acerca disso, também é possível notar a relação entre a dificuldade de aprender, ainda nos anos iniciais, das crianças que hoje frequentam as escolas, visto que sua língua materna não é a língua portuguesa, o que dificulta muito o acompanhamento das aulas, quando não há um professor bilíngue (FAUSTINO, 2006).

Entre os Kaingang do Paraná, da mesma forma que em outros grupos dos outros estados, a língua aparece como um marco importante da perpetuação de aspectos pretéritos. Outras tradições e características que se mantiveram dizem respeito à organização social e política que permanece de acordo com as metades exogâmicas, Kamé e Kanhru. A escolha das lideranças das aldeias é um exemplo disso, visto que o cacique e o vice-cacique devem, preferencialmente, pertencer a clãs complementares, demodo que as tomadas de decisão levem em conta diferentes perspectivas e toda comunidade sinta-se representada.

Além disso, os dados decorrentes das entrevistas realizadas nesta pesquisa evidenciaram que as tradições matrimoniais entre as metades haviam sido desconsideradas em um período, principalmente por indivíduos mais jovens, porém estão retornando gradualmente. Nesse sentido, inclusive, uma das entrevistadas afirmou que por algum tempo achou que isso não era tão relevante, e casou-se com um homem do mesmo clã (Kamé), porém pouco tempo depois já foi possível entender que aquele relacionamento não daria certo, pois não havia equilíbrio segundo seu relato, e quando se casou com um Kanhru, o matrimônio tornou-se pacífico e complementar, pois as forças se somam e esse é o correto (E5), conforme rege a tradição.

Atualmente, outras práticas que seguem as tradições ancestrais dizem respeito às manifestações artísticas, tais quais as pinturas corporais cerimoniais, seguindo sempre os símbolos referentes aos pares correspondentes (Kamé – linhas retas; Kanhru – figuras redondas), bem como a fabricação de artesanatos com materiais, na maioria das vezes, retirados das próprias terras indígenas, tais quais as taquaras (pertencente à família Gramineae) utilizada para produção de cestarias, e mesmo sementes e penas de plantas e animais da região, para confecção de ornamentos.

Durante seu trabalho etnográfico de campo Isabel Rodrigues (2012) esteve junto aos Kaingang da Terra Indígena Faxinal. Nesse trabalho, a autora relata que embora as moradias sejam comuns, de madeira ou alvenaria (a maioria construídas por meio dos programas “Paraná 12 meses” e “Moradia da Família Indígena”), anexo às suas casas ainda se constroem

os chamados ranchos ou paiol, que remetem a uma construção mais tradicional, destinada a produzir o fogo no chão, socializar e produzir artesanatos, bem como as deliberações de cunho político e social.

Ainda destacando as moradias, é comum que para sua construção e/ou ampliações realizem-se mutirões (ou 'puxirões') entre membros da família e outros da comunidade. Também se evidencia que essa prática é comum entre os Kaingang, contando com trabalhos em equipe também para a preparação dos roçados e confecção de artesanatos, de maneira que se mantém o ideal de reciprocidade dos povos indígenas (RODRIGUES, 2012; STRACHULSKI; ALVES, 2019).

Com enfoque à história paranaense, o entendimento de aspectos do modo de vida dos Kaingang atuais, ainda que inseridos em contextos amplamente não indígenas, preservam sua cosmologia e incorporam muitas características ancestrais em uma perspectiva atual. Sabe-se que existe também grande interseccionalidade com os grupos das cidades, devido à proximidade e contato constante (MOTA, 2014; MARANHÃO, 2020).

A história desse povo no estado do Paraná envolve diversos embates e invasões ocorridos séculos atrás, sobretudo em face da expansão agrícola e da atividade tropeira, a qual resultou na tomada de territórios a eles pertencentes e a dizimar parte de seu povo e cultura, sendo que ainda hoje enfrentam desafios pela invasão de terras. Levar em conta o histórico do povo nas áreas que habitam hoje é fundamental para o entendimento da realidade atual dos Kaingang, que possuem uma relação íntima com o local em que vivem, e o entendimento de que esse espaço é, acima de tudo, espaço de reprodução cultural e religiosa desse povo, além de servir para manutenção do seu modo de vida. Ressalta-se que os Kaingang resistem no Paraná, buscando sempre a devolução e demarcação dos territórios que ocupam, e a perpetuação de sua cultura.

6 Considerações finais

É importante enfatizar que ao trazer uma visão geral de diferentes perspectivas que permeiam a historiografia do povo Kaingang, não se almeja esgotar as informações. Essa consideração deve ser feita, sobretudo, para entender que foram feitos recortes capazes de transmitir uma visão geral acerca de processos e narrativas que os permeiam. Além disso, vale lembrar que, por trás desse rol de informações apresentadas, existem contextos

específicos que são planos de fundo particulares a esse grupo, mas que moldam como se sucederam as modificações em seus modos de vida e tradições culturais.

Ao atentar e comparar aspectos da organização social e da cultura de outros povos pertencentes à família Jê com os Kaingang, por exemplo, não se pretende uniformizá-los, visto que passaram por diferentes processos colonizadores, violências institucionais e carregam uma história muito particular. Nesse sentido, os trabalhos consultados (NIKULIN, 2020; TOLEDO, 2020) e as discussões levantadas levam a entender que esse ramo do tronco linguístico esteve unido em um tempo pretérito, portanto, apesar de terem se separado geograficamente há milhares de anos, existem aspectos que se conservaram e estão presentes em ambos os grupos, apesar das trajetórias históricas diferentes a que foram submetidos.

Da mesma forma, ao trazer a perspectiva arqueológica das formações que hoje condizem com territórios Kaingang, tentando entender quais são os pontos de contato existente entre os registros das tradições Taquara, Itararé e Casa de Pedra e o povo indígena de interesse, assume-se que em um passado compartilharam alguns traços, sobretudo quanto às construções e os territórios. No entanto, sabendo que foram expostos ao contato constante com grupos não indígenas, principalmente europeus, muitos elos de ligação de territórios que já foram ocupados pelos Kaingang e pelas diferentes tradições pretéritas hoje foram perdidos.

Trabalhos analisados no trabalho mostram essas duas hipóteses para o início da trajetória dos Kaingang: como um grupo da família Jê que migrou para o Sul, juntamente com o povo Xokleng; e, também, como descendentes de populações das tradições pretéritas do Sul do Brasil. A presente pesquisa, de acordo com as leituras e interpretações realizadas, tende a assumir que as convergências existentes entre grupos da família Jê, que se encontram geograficamente distantes dos Kaingang e Xokleng, são bem consistentes para assumir que esses grupos estiveram unidos há algum tempo atrás, porém não excluindo os pontos de contato entre as populações das tradições pretéritas do Sul e os povos Kaingang.

A partir das reflexões levantadas e os referenciais analisados, é possível perceber que o território indígena assume papel fundamental para o povo Kaingang, uma vez que já estão ligados aos ambientes que ocupam há centenas de anos, de acordo com registros arqueológicos e antropológicos. Nesse sentido, sendo seu mito de origem relacionado com a saída dos irmãos ancestrais de dentro da terra, ainda hoje o território é fundamental para a sobrevivência física e cultural desse povo, uma vez que existe a dependência do uso e

ocupação dos espaços para o plantio e coleta das plantas necessárias para sua sobrevivência e que refletem suas tradições, mantendo sua cultura e língua fortes.

Referências

AMBROSETTI, Juan Bautista. **Os índios Kaingang de San Pedro** (Misiones). Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2006.

AYRES, Ariadne Dall'acqua. **Os Kaingang do Paraná e a Conservação da Biodiversidade: conhecimentos, práticas e valores tradicionais**. Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2022.

BECKER, Itala Irene Basile. O Kaingang histórico e seus antepassados. In: **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil, Documentos 02**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas. 1988.

BORBA, Telêmaco. **Actualidade indígena**. Curitiba: Impressora Paranaense, 1908.

BRASIL. **Lei 6.001/1973** (LEI ORDINÁRIA). Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília: 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm>. Acesso em: 28 de julho 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 1988.

BRASIL. **Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996**. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Brasília: 1996.

CAMARGOS, Lidiane Szerwinski. **Consolidando uma proposta de Família Linguística Boróro: contribuição aos estudos histórico-comparativos do Tronco Macro-Jê**. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília. 2013. 232 p.

CRÉPEAU, Robert. Mythe et Rituel Chez Les Indiens Kaingang Du Brésil Méridional. **Religiologiques**, n. 10, p. 143-157. Montreal: 1994.

CHMYZ, Igor. **Relatório das pesquisas arqueológicas realizadas na área da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago (1979-80)**. Florianópolis/Curitiba: Eletrosul/Iphan, 1981.

COELHO DE SOUZA, Marcela. **O traço e o círculo: o conceito de parentesco entre os Jê e seus antropólogos**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/ UFRJ, 2002.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha.; VEIGA, Juracilda. Habitação e Acampamentos Kaingang hoje e no passado. **Cadernos do CEOM**, n. 18, 2003.

DIAS, Jefferson Luciano Zuch. **A tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingang**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004. <http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/textos/dias2004/primeiro.pdf>

FAUSTINO, Rosângela. **Política educacional nos anos de 1990**: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FUNAI. **Terras Indígenas**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 30 de julho de 2021.

GIANNINI, Isabelle Vidal. Os índios e suas relações com a natureza. In: GRUPIONE, Luís Donizeti Benzi (Org.). **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.]

HOLANDA, Sérgio. B. **Monções e Capítulos de expansão paulista**. 4^a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Características gerais dos indígenas. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE. 2012a, 245p.

KENNEDY, David; PERZ, Stephen. Who Are Brazil's Indígenas? Contributions of Census Data Analysis to Anthropological Demography of Indigenous Populations. **Human Organization**, v. 59, n. 3, p. 311–324, 2000.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva; SILVA, Juciane Beatriz Sehn da. Ambiente e cultura Kaingang: saúde e educação na pauta das lutas e conquistas dos Kaingang de uma Terra Indígena. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 253-275, jun. 2013.

LEA, Vanessa Rosemary. **Riquezas Intangíveis de Pessoas Partíveis**: Os Mbêngôkre (Kayapó) do Brasil Central. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2012.

MAGALHÃES, Wagner. **Continuidade e mudança dos povos Jê, um estudo acerca da paisagem arqueológica, cultura material e padrão de assentamento dos sítios arqueológicos Inhazinha/MG e Água Limpa/SP**. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019. 592 p.

MANIZER, Henrich. **Os Kaingang de São Paulo**. Campinas: Editora Kurt Nimuendajú, 2006.

MARANHÃO, Fernanda. **Povos indígenas do Paraná**, 2020. Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/Pagina/Povos-indigenas-no-Parana>. Acesso em: 01 de agosto de 2021.

MOTA, Lúcio Tadeu; ASSIS, Valéria Soares. **Populações indígenas no Brasil: histórias, culturas e relações interculturais**. Maringá: Eduem, 2008.

MOTA, Lúcio Tadeu. **Presença e resistência Kaingang no Paraná**. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC/SP, 1992.

MOTA, Lúcio Tadeu. As populações indígenas Kaiowá, Kaingang e as populações brasileiras na bacia dos rios Paranapanema/Tibagi no século XIX: conquistas e relações interculturais. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, MS, v. 9, n. 16, jan/jul, 2007.

MOTA, Lúcio Tadeu. A presença indígena no vale do Rio Tibagi/PR no início do século XX. **Antiteses**, v. 7, n. 3, p. 358-391, 2014.

MOTA, Lúcio Tadeu. A passagem e a presença dos Jê Meridionais por São Paulo e Paraná: uma reflexão etno-histórica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 27, p.135-157, 2016.

NIKULIN, Andrey. **Proto-Macro-Jê: um estudo reconstrutivo**. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2020. 595 p.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Etnografia e indigenismo. Sobre os Kaingang, os Ofaié- Xavante e os Índios do Pará**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

POSEY, Darrel. Introdução: Etnobiologia: Teoria e Prática. In: Ribeiro, D. (Ed.). **Suma Etnológica brasileira**. v.1. Petrópolis: Vozes/FINEP, p.15-25, 1987.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Macro-Jê. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (org.). **The Amazonian Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 164-206.

RODRIGUES, Isabel Cristina. **Vénh Jykre Si: Memória, tradição e costume entre os Kaingang da T.I. Faxinal – Cândido de Abreu – PR**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012. 155 p.

ROHR, Padre João Alfredo. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. **Anais do Museu de Antropologia da UFSC**. Florianópolis, n. 17, p. 77-168. 1984.

SCHADEN, Egon. A representação do dualismo Kaingang no mito tribal. In: SCHADEN, Egon. **A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, p. 103-116, 1959.

SCHMITZ, Pedro Ignacio. As tradições ceramistas do planalto sul-brasileiro. In: **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil, Documentos 02**. p. 75-130. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1988.

SCHMITZ, Pedro Ignacio; BECKER, Itala Irene Basile; SALVIA, Fernando La; LAZZAROTTO, Danilo; RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. Pesquisas sobre a tradição Taquara no nordeste do Rio Grande do Sul. In: **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil, Documentos 02**. p. 5-74. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1988.

SEGER, Anthony; CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Terras e territórios indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SILVA, Fabíola Andrea; NOELLI, Francisco Silva. História indígena e arqueologia: Uma reflexão a partir dos estudos sobre os Jê Meridionais. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 27, p. 5-20, 2016.

SILVA, Sergio Baptista. **Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê Meridionais**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo, 2001.

SILVA, Sérgio Baptista. Dualismo e cosmologia Kaingang: o xamã e o domínio da floresta. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 189-209. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v8n18/19062.pdf>>. Acesso em: 05 de agosto 2021.

SILVA, Juciane Beatriz Sehn da.; LAROQUE, Luís Fernando da Silva; BASTOS NETO, Ernesto Pereira. Processos de territorialidade Kaingang envolvendo a Terra Indígena Jamã T Tânh, Estrela, Rio Grande do Sul, Brasil. **Tellus**, Campo Grande, MS, ano 16, n. 31, p. 9-27, jul./dez. 2016.

STRACHULSKI, Juliano; ALVES, Jorge No Kaya. Os Kaingang de Cândido de Abreu: Práticas (materiais e simbólicas) tradicionais e relação com o território. **GeoTextos**, vol. 15, n. 2, p. 35-61, 2019.

TOLEDO, Beatriz Furlan. **Aproximando os Jê Meridionais dos centrais e setentrionais**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2020. 161 p.

TOMMASINO, Kimmye. **A história dos Kaingang da bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê meridional em movimento. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.), **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, Fapesp, p. 87-102, 1992.

VEIGA, Juracilda. **Organização Social e Cosmovisão Kaingang**: uma introdução ao parentesco, casamento e nominação em uma sociedade Jê Meridional. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1994.

VEIGA, Juracilda. **Cosmologia e práticas rituais Kaingang**. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da cultura Kaingang**. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2006. 254 p.

WEIGERT, Daniele. **Nas sombras das Araucárias**: colonizadores e indígenas nas fronteiras do Paraná (1808-1900). Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020. 339 p.

WIESEMANN, Ursula. Os dialetos da língua Kaingang e Xokleng. **Arquivos da Anatomia e Antropologia**. Rio de Janeiro: Instituto de Antropologia Prof. Souza Marques, n. 3, p. 197-217, 1978